



PARLAMENTO DO
MERCOSUL

- **Representação Brasileira** -

CLIPPING - Notícias

23 e 24.06.2015

Edição e Seleção

Eliza Barreto
Fernando Leão
Maria Elisabete da Costa
Yana Araújo

Sumário

JORNAL DA CÂMARA	3
Economia.....	3
Sancionada com sete vetos medida que aumentou tributos sobre importação	3
Remédios, perfumes, máquinas, pneus, autopeças e papel têm alíquotas aumentadas	4
Política	6
Aprovado acordo com os EUA sobre proteção de informações militares.....	6
JORNAL DO SENADO	6
Nova delegação visita amanhã a Venezuela.....	6
ESTADÃO.....	6
Geral	6
Plano tenta destravar vendas externas.....	7
Política	8
Petista lidera visita de nova comitiva do Senado à Venezuela	8
VALOR ECONÔMICO.....	10
Agronegócios	10
Novas regras chilenas de rotulagem de alimentos preocupam o Brasil	10
Opinião.....	11
Financiar exportação vale a pena.....	11
AGÊNCIA BRASIL	14

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Internacional.....	14
Itamaraty elogia decisão de Maduro de convocar eleições legislativas	14
PAGINA 12.....	15
El Pais	15
Al Parlasur en diciembre.....	15
TELAM.....	15
Mundo.....	15
El opositor Leopoldo López levantó la huelga de hambre, tras fijarse la fecha de las elecciones en Venezuela.....	15
ABC.....	18
Economía.....	18
Paraguay es líder en efectividad en control de inflación.....	18
Opini3n.....	19
¿Crece India, cae China?	19

Representa33o Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informa333es visite a nossa p33gina:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Brasil

JORNAL DA CÂMARA

<http://www.camara.leg.br/internet/jornalcamara/>

Economia

Sancionada com sete vetos medida que aumentou tributos sobre importação

Reajuste dos tributos deverá proporcionar arrecadação extra de R\$ 694 milhões em 2015 e de R\$ 1,19 bilhão anualizada. As novas alíquotas estão vigentes desde 1º de maio deste ano

23/06/2015 - 20h51

A presidente Dilma Rousseff sancionou com sete vetos a Medida Provisória 668/15, aprovada em maio pelo Congresso e transformada na Lei 13.137/15. A medida aumentou as alíquotas de duas contribuições incidentes sobre as importações, o PIS/Pasep-Importação e a Cofins-Importação. Na regra geral, as alíquotas sobem de 1,65% para 2,1%, e de 7,6% para 9,65%, respectivamente. Essa é uma das medidas do ajuste fiscal do governo.

Com o aumento dos tributos incidentes sobre a importação, o governo quer dar isonomia de tributação perante os produtos nacionais. O reajuste dos tributos deverá proporcionar arrecadação extra de R\$ 694 milhões em 2015 e de R\$ 1,19 bilhão anualizada. As novas alíquotas estão vigentes desde 1º de maio deste ano. Os pagamentos por serviços continuam com as alíquotas atuais, que, somadas, dão 9,25%.

Para o relator da MP na Câmara, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), a medida não aumentou as alíquotas: "Ela equalizou as alíquotas, porque você tinha uma base de cálculo aduaneira e na hora que o Supremo Tribunal, em 2013, mandou tirar o ICMS da base de cálculo aduaneira, do PIS-Cofins Importação, a arrecadação caiu. Eu fiz apenas a equalização das alíquotas para repor a arrecadação nominal existente anteriormente".

Parcerias

Manoel Junior acrescentou artigo que explicita a possibilidade de o Legislativo realizar parcerias público-privadas (PPPs). As PPPs terão de ser disciplinadas pelas Mesas Diretoras do Senado e da Câmara dos Deputados. O oferecimento de garantia continua a ser disciplinado pelo Ministério da Fazenda.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

A realização de parcerias público-privadas interessa à Câmara, que pretende usar o mecanismo para a construção de um novo complexo de prédios. O texto foi mantido pela presidente Dilma Rousseff.

Manoel Junior defendeu a proposta: "O poder público, em vez de usar o seu recurso, vai fazer uma engenharia financeira criativa com a iniciativa privada para ela investir num patrimônio que será público, que será do governo, que será da Câmara".

Cartórios

Foram mantidos ainda outros artigos estranhos à medida original, como a responsabilidade atribuída aos oficiais de registro e notários de cartórios, temporários ou permanentes, quanto a direitos e encargos trabalhistas dos cartórios.

Religiosos

Quanto ao pagamento da contribuição à Previdência Social a cargo do empregador, o texto aprovado especifica que a isenção concedida pela lei à remuneração dos religiosos (padres, ministros, frades, pastores, etc.) vinculados a entidades religiosas se estende à ajuda de custo para moradia, transporte e formação educacional. Há recursos contra notificações da Receita Federal, envolvendo multas da ordem de R\$ 200 milhões nessas ajudas.

Terceirização

O texto sancionado também diminuiu de R\$ 5 mil para R\$ 10 o limite mínimo para recolhimento de tributos federais na fonte pela empresa que contratar terceirização de serviços de limpeza, segurança ou transporte de valores, entre outros similares.

Habitação

No âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, o texto determina que o tributo unificado de 1% sobre a receita incida sobre o valor de venda se a empresa construir unidades para vendê-las prontas. A regra atual prevê a incidência sobre o valor do contrato.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/490867-SANCIONADA-COM-SETE-VETOS-MEDIDA-QUE-AUMENTOU-TRIBUTOS-SOBRE-IMPORTACAO.html>

Remédios, perfumes, máquinas, pneus, autopeças e papel têm alíquotas aumentadas

23/06/2015 - 20h46

Resultante da Medida Provisória 668/15, a lei sancionada (Lei 13.137/15) prevê que grande parte das mercadorias terá contribuição de 11,75%, mas a Lei 10.865/04 estipula alíquotas maiores para determinados tipos de produtos, que também são majoradas com a MP.

Incluem-se nesse caso produtos farmacêuticos (medicamentos a granel, soros, derivados de sangue, contraceptivos); de perfumaria, toucador e de higiene (perfumes, xampu, escova de dentes); máquinas e veículos (para terraplanagem, ceifadeiras, tratores, ônibus, automóveis e caminhões); pneus e câmaras-de-ar novos; autopeças e papel.

Álcool importado

Na importação do álcool, inclusive como combustível, o relatório da MP impõe o pagamento de alíquotas de PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação, no total de 11,76% sobre o preço da compra. Isso valerá independentemente de o importador ter optado pelo regime especial de apuração, que permite o pagamento por metro cúbico do produto.

A mudança terá vigência após quatro meses de publicação da futura lei.

Pagamento adicional

Atualmente, a Lei 10.865/04 impõe o pagamento adicional de 1 ponto percentual de Cofins-Importação sobre diversos produtos de vários setores da economia. Incluem-se nesse caso desde alimentos como peixes e carnes até produtos minerais e químicos, plásticos, borrachas, vidros e outros.

Com a sanção da lei resultante da MP 668, entretanto, o adicional de Cofins-Importação não poderá mais gerar crédito para as empresas.

Esse adicional, que onerou ainda mais os importados, foi instituído pela Lei 12.844, de 2013. Desde então, havia uma disputa judicial entre as empresas e a Receita Federal sobre se o adicional geraria ou não o crédito fiscal a que as companhias têm direito no regime não cumulativo. A nova lei agora veda essa possibilidade.

A fim de regular de vez a questão, o texto aprovado determina que, para calcular o crédito fiscal, com vistas a ressarcimento, as empresas usarão as alíquotas previstas na medida provisória, acrescido do valor do IPI vinculado à importação, quando este integrar o custo de aquisição.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/490875-REMEDIOS,-PERFUMES,-MAQUINAS,-PNEUS,-AUTOPECAS-E-PAPEL-TEM-ALIQUOTAS-AUMENTADAS.html>

Política

Aprovado acordo com os EUA sobre proteção de informações militares

23/06/2015 - 20h47 Atualizado em 23/06/2015 - 20h49

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou há pouco o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 127/15, que contém o acordo assinado entre o Brasil e os Estados Unidos relativo a medidas de segurança para a proteção de informações militares sigilosas.

Pouco antes, foram aprovados outros dois acordos com os EUA: um deles sobre cooperação em matéria de defesa (PDC 88/15); e outro sobre melhoria da observância tributária (PDC 106/15).

Neste momento, ocorre nova sessão do Plenário para análise da Medida Provisória 673/15, que dispensa de licenciamento e de emplacamento máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras, retroescavadeiras e pulverizadores motorizados).

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/490878-APROVADO-ACORDO-COM-OS-EUA-SOBRE-PROTECAO-DE-INFORMACOES-MILITARES.html>

JORNAL DO SENADO

<http://www12.senado.gov.br/jornal>

Nova delegação visita amanhã a Venezuela

Está prevista para amanhã a visita de uma nova comissão à Venezuela. Na semana passada, senadores de oposição foram tratados com hostilidade e não conseguiram cumprir o objetivo de visitar políticos presos. A nova comitiva reúne Lindbergh Farias (PT-RJ), Roberto Requião (PMDB-PR), Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— Já pedimos avião da FAB e exigimos um tratamento civilizado — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2015/06/24/jornal.pdf#page=1>

ESTADÃO

<http://www.estadao.com.br/>

Geral

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Plano tenta destravar vendas externas

Pacote que será apresentado nesta quarta-feira deve trazer mudanças no financiamento às exportações

LU AIKO OTTA - O ESTADO DE S. PAULO

23 Junho 2015 | 21h 39

BRASÍLIA - No esforço para contornar a crise nos fronts político e econômico, a presidente Dilma Rousseff lança nesta quarta-feira seu Plano Nacional de Exportações (PNE), para fortalecer as vendas ao exterior. "Acho que será uma boa notícia para as empresas, dentro das limitações que nós temos", disse ao Estado o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Num gesto de aproximação do governo com o Congresso, ele esteve nesta terça-feira no Senado, convidando parlamentares para a cerimônia.

O plano é composto por cinco "pilares", que contemplam a aceleração dos acordos internacionais de comércio, a desburocratização, a promoção comercial, o aperfeiçoamento dos regimes tributários especiais do setor e o fortalecimento de instrumentos de financiamento, seguro e garantia. Na avaliação do setor privado, esse último eixo é o mais importante. Sem ele, não será possível expandir as exportações.

Não por acaso, esse ponto virou queda de braço entre Monteiro e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. O primeiro queria ampliar o orçamento do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), principalmente no seu braço de equalização de juros - que confere aos exportadores brasileiros condições financeiras semelhantes às de seus competidores externos.

O segundo queria manter os cofres públicos fechados. Ele argumentava, nas reuniões internas, que a verba já prevista para o programa seria mais do que suficiente. "Haverá aumento no orçamento do Proex em relação ao ano passado", afirmou Monteiro, sem adiantar detalhes. "Posso assegurar que toda a demanda prospectada por recursos do Proex será atendida, e isso é o mais importante."

Monteiro também informou que ficou de fora do pacote uma alteração técnica que permitiria ao Proex apoiar número maior de operações com os mesmos recursos. Hoje, o Proex funciona por regime de competência e os recursos são comprometidos conforme os projetos são aprovados, independente do ritmo da fabricação do bem. A ideia era mudar para o regime de caixa, de forma que o comprometimento atingiria apenas a parcela a ser gasta naquele ano. Na prática, mais exportações poderiam ser atendidas.

O problema desse desenho, segundo se admitia dentro do governo, é que não havia total segurança sobre a existência dos recursos ao longo de todo o contrato. E, nesse sentido, o Proex não tem um bom retrospecto. Exportadores se queixam que estão sem receber recursos do programa desde outubro do ano passado. Outro ponto de divergência foi a distribuição de recursos do Proex. A Fazenda se mostrou incomodada com a concentração do dinheiro em poucas empresas. "Mas, quantas Embraer nós temos? E ela consegue exportar sem mecanismos como o Proex?", rebateu Monteiro. Ele frisou que a exportação da Embraer não beneficia só a empresa, mas sim a cadeia de fornecedores.

Gente boa. Monteiro e Levy passaram a segunda-feira debatendo a parte financeira do pacote. Eles não negam que houve divergência técnica, com cada um defendendo seu papel, mas descartam qualquer diferença pessoal. "O cara é gente boa", comentou Levy. Sem adiantar detalhes, disse que será anunciado um "super Proex" e que o programa "nunca mais dará problema." O governo também deverá reforçar o financiamento à produção de bens a serem exportados. Mas, tal como foi feito no programa de concessões em infraestrutura, a ideia é criar estímulos para que haja maior participação de instituições financeiras privadas.

A vertente de acordos comerciais deverá receber um reforço com a visita de Dilma aos EUA na semana que vem. Monteiro disse que o foco das negociações ficará nas barreiras não tarifárias, e que há espaço para aumentar as vendas brasileiras com aperfeiçoamentos nessa área. Explicou que muitas vendas ficam travadas por questões regulatórias ou falta de harmonização de normas. Esses são obstáculos podem ser removidos.

O presidente da Anfavea, Luiz Moan, se mostrou otimista com o PNE. "Nós estamos trabalhando juntos com Mdic neste pacote e temos certeza de que será um sucesso", disse.

/ COLABOROU ISADORA PERÓN

Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,plano-tenta-destravar-vendas-externas,1712167>

Política

Petista lidera visita de nova comitiva do Senado à Venezuela

Após viagem frustrada de colegas opositores, senadores de PT, PSOL, PSB e PMDB cumprirão agenda amigável no país governado por Maduro

ISADORA PERON / BRASÍLIA - O ESTADO DE S.PAULO

23 Junho 2015 | 02h 07

Depois da turbulenta passagem da comitiva de senadores da oposição pela Venezuela na semana passada, uma nova comissão, formada por parlamentares do PT e de outros partidos de centro-esquerda, vai desembarcar em Caracas amanhã à noite, onde pretende cumprir, no dia seguinte, uma agenda de encontros com representantes do governo e da oposição.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) anunciou a data da viagem na tribuna do Senado ontem. Ele criticou a "falta de isenção e de imparcialidade" da comitiva liderada pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG) e disse que o papel dos senadores brasileiros é buscar o diálogo com os dois lados, para não agravar ainda mais a crise política instalada no país vizinho.

"Como comissão oficial do Senado, os senadores que foram à Venezuela deveriam ter papel equilibrado, de bombeiros, não de incendiários. Faltou isenção e imparcialidade diante de uma situação delicadíssima na Venezuela", disse o petista.

A comitiva com oito senadores que desembarcou em Caracas na quinta-feira passada tinha como objetivo visitar opositores do governo Nicolás Maduro, mas não conseguiu chegar ao presídio onde estão detidos os presos políticos e teve de retornar ao Brasil no mesmo dia.

Os parlamentares acusaram o governo venezuelano de, de forma deliberada, ter provocado o trânsito que bloqueou o caminho da comitiva, e reclamaram da falta de assistência da diplomacia brasileira. "É o Congresso Nacional brasileiro que está sendo atingido. Isso não aconteceria se, de alguma forma, não houvesse conivência do governo (brasileiro). Estamos em uma visita oficial. Não podemos estar expostos desse jeito", afirmou Aécio na ocasião. O Ministério das Relações Exteriores chamou de "inaceitáveis" os incidentes.

'Factoide'. Lindbergh, por sua vez, acusou os colegas da oposição de tentar produzir um "factoide" político. Segundo o petista, o novo grupo de parlamentares vai tentar conversar não só com integrantes do governo, mas também da oposição, a começar pelas mulheres dos presos políticos e o governador de Miranda, Henrique Capriles.

Além do petista, devem viajar a Venezuela os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) e Telmário Mota (PDT-RR). Assim como os senadores opositoristas, o grupo também solicitou uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) para viajar ao país vizinho, mas ainda não obteve uma resposta do governo a respeito do uso do avião militar.

Chapa-branca. Aécio criticou a iniciativa dos colegas e classificou a nova comitiva de "chapa-branca". O tucano também rebateu as críticas de que deveria ter procurado estabelecer contato

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

com representantes do governo de Maduro. "Infelizmente, o que nós estamos vendo é o conforto que alguns senadores manifestam na companhia do senhor Maduro, mas nós da oposição não nos sentimos confortáveis", disse o tucano.

Aécio afirmou também não ser verdadeira a informação de que eles haviam sido avisados previamente pela diplomacia brasileira que o embaixador do Brasil na Venezuela, Ruy Pereira, não iria acompanhá-los nas atividades em Caracas.

Segundo o tucano, ele só soube disso quando chegou ao país vizinho e, mesmo assim, o embaixador havia dito que um conselheiro do corpo diplomático iria acompanhá-los, algo que não aconteceu.

O senador rechaçou ainda a possibilidade de integrar a nova comitiva, como chegou a sugerir Lindbergh. "Isso não tem sentido. Chega a ser risível. Eu desejo a eles uma boa viagem e que possam cumprir o seu papel, e, se tiverem um tempo, espero que façam aquilo que nos foi impedido: visitem os presos políticos e digam o que pensam em relação ao que vem ocorrendo na Venezuela", disse.

Fonte: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,petista-lidera-visita-de-nova-comitiva-do-senado-a-venezuela---imp-,1711555>

VALOR ECONÔMICO

<http://www.valor.com.br/>

Agronegócios

Novas regras chilenas de rotulagem de alimentos preocupam o Brasil

Por Assis Moreira | Valor

23/06/2015 às 20h10

O Brasil manifestou hoje "profunda preocupação" na Organização Mundial do Comércio (OMC) com os novos requisitos de rotulagem para produtos alimentares impostos pelo Chile, em razão do impacto que essas regras podem ter sobre o setor do agronegócio.

Conhecida como "Lei Super 8", a regulação exige a rotulagem dos alimentos embalados com elevados índices de açúcar, sódio, gorduras e outros componentes considerados pouco saudáveis, conforme uma campanha contra a má alimentação deflagrada pelo governo.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Durante o exame da política comercial chilena na OMC, o embaixador brasileiro Marcos Galvão observou que o Brasil compartilha o compromisso chileno para a proteção da saúde pública, mas notou que as novas exigências parecem muito mais restritivas ao comércio do que o necessário para cumprir o objetivo de ajudar a população a fazer boas escolhas nutricionais quando compram alimentos.

Na semana passada, o Ministério da Saúde do Chile decidiu retirar o texto do chamado Decreto Supremo No.977/96 da Controladoria-Geral. Para o representante brasileiro na OMC, isso mostra que as autoridades chilenas foram sensíveis às preocupações manifestadas no exterior e no país. “Esperamos que o processo de revisão do regulamento proposto seja realizado com vistas a minimizar as restrições indevidas, ao mesmo tempo em que contribua para melhores padrões nutricionais”, disse.

O exame da política comercial chilena, na OMC, cobre o período 2009-2014, quando o Chile cresceu 3,6% ao ano, em média.

Na área bilateral, os fluxos de comércio e investimentos sofreram alguns abalos, atribuídos a efeitos da crise internacional. Mas o comércio bilateral retomou o crescimento nos últimos três anos. Cerca de 70 empresas brasileiras operam no Chile em diferentes setores. O Brasil é o principal destino dos investimentos do Chile no exterior. Segundo a delegação brasileira, essa parceria teria criado mais de 100 mil empregos no Brasil.

O Chile (que é membro associado ao Mercosul) e o Brasil se beneficiam de tarifa zero para a maioria de seus produtos nos respectivos mercados. Os produtos brasileiros representam 8,7% das importações chilenas. O Brasil é o quinto maior fornecedor para o mercado chileno, atrás de China, EUA, Japão e Coreia do Sul.

Fonte: <http://www.valor.com.br/agro/4105872/novas-regras-chilenas-de-rotulagem-de-alimentos-preocupam-o-brasil>

Opinião

Financiar exportação vale a pena

Por Fernando Puga, Luciene Machado e Carlos Souza

24/06/2015 às 05h00

O BNDES fez neste mês um novo esforço de aumento de sua transparência, organizando melhor em seu portal informações que já eram públicas e abrindo as principais condições dos financiamentos às exportações de bens e serviços de engenharia a obras no exterior.

A constatação é que o banco tem contribuído para o desenvolvimento do setor exportador brasileiro. A partir daí, o debate se voltou para as escolhas de políticas públicas associadas ao apoio a essas exportações de serviços, que são de alto valor agregado. As análises deram pouca importância a uma constatação central: os países mais relevantes apoiam seus exportadores em condições parecidas ou melhores do que o Brasil via BNDES. A razão é que, além de gerar renda e emprego, as exportações de serviços são de elevado valor agregado, trazem divisas, mitigando importante restrição ao crescimento: a sustentabilidade do balanço de pagamentos.

Dado tal panorama, este artigo busca desmistificar preconceitos sobre as políticas de apoio às exportações de serviços do BNDES.

O financiamento à exportação obedece à Lei 9.365/96, que disciplina o uso de recursos do FAT Cambial e prevê financiamentos em moeda estrangeira remunerados à Libor. O devedor é um país (ou empresa) no exterior, que assume dívida em moeda estrangeira. Mas o BNDES libera recursos em reais para as empresas brasileiras realizarem gastos no país voltados à produção de bens e serviços a serem usados nas obras no exterior.

Ao contrário de agências de crédito à exportação (ACEs) de países da OCDE, que financiam até 30% dos gastos no país de destino, o BNDES não financia esses gastos. Ademais, o BNDES não financia conteúdo importado de terceiros países, prática comum dos países da OCDE (no caso alemão, por exemplo, até 50% do valor apoiado pode ser importado).

O histórico de inadimplemento dessas operações é nulo. O Fundo de Garantia das Exportações (FGE) nunca foi acionado. Mesmo países como a Argentina, que reestruturaram suas dívidas externas, mantiveram os pagamentos ao BNDES.

A dívida é em dólar. Os juros são indexados à Libor, taxa referencial amplamente usada globalmente, acrescida do spread referente ao risco país. O custo total para o país (Libor + spread), cobrado pelo BNDES, pode ser comparado ao cobrado pelas ACEs de países da OCDE (Commercial Interest Reference Rate - CIRR + spread), estimado de acordo com o arranjo de créditos oficiais à exportação de que tais países são signatários (ao contrário do BNDES, essas ACEs não divulgam o efetivamente contratado).

A tabela mostra que o spread anual do BNDES está sempre acima do cobrado pelas ACEs. O maior valor contratado pelo banco é com Angola, com spread médio de 2,15%, acima do 0,98% cobrado pelas ACE da OCDE. O menor spread do BNDES é nas operações com Honduras, de 1,60%, ante 0,38% das ACEs da OCDE. Quer dizer, o BNDES não pratica incentivos demasiados, pois suas taxas são semelhantes ou superiores às que as ACEs de países competidores oferecem a seus exportadores.

Um problema levantado pelos críticos seria que, como a Libor é inferior à taxa dos títulos públicos brasileiros, haveria benefício aos países devedores e perdas ao erário. Vamos deixar de lado as razões para que o apoio competitivo dos países a seus exportadores seja a regra na disputa internacional de bens e serviços de engenharia. Qual o custo financeiro dessas operações, quando comparado ao que seria obtido em uma aplicação em um título público brasileiro?

Artigos recentes na imprensa tentam fazer crer que ocorreram nessas operações prejuízos sistemáticos ao FAT, que acabariam sendo cobertas pelo Tesouro. O banco fez seus próprios cálculos, que exigem considerar a variação cambial para comparar uma operação em moeda estrangeira e outra em reais.

Se há valorização do dólar, isso eleva o valor da dívida dos países com o BNDES, resultando em ganhos em reais nas operações. Em 2014, obteve-se receita de R\$ 2,1 bilhões com a carteira de financiamento às exportações de serviços. Se a carteira fosse referenciada em Selic (10,9% no ano), o retorno teria sido de R\$ 1,2 bilhão. Nos três últimos anos, a carteira de exportações rendeu mais que a Selic. De 2009 a 2011, ficou abaixo. De 2007 a 2014, a diferença líquida foi positiva em R\$ 2,4 bilhões.

Outra comparação evocada foi cotejar a taxa de captação internacional em dólares do Tesouro com o custo cobrado pelo BNDES na carteira de exportações de bens e serviços de engenharia. Para fazer essa avaliação, deve-se simular uma operação de swap, que permita converter a taxa fixa paga pelo Tesouro em taxa referenciada a Libor.

No dia 19/06/15, o custo do Tesouro, fazendo a operação de swap, equivalia a Libor acrescida de spread de 2,24% para operação de prazo médio ponderado ("duration") de 7,5 anos. Como mostra a tabela, o spread médio das operações de financiamento à exportação de serviços, a tal prazo, está em 2,6%. Como a inadimplência tem sido nula, as operações do BNDES são vantajosas frente ao custo de captação do Tesouro.

Em suma, os financiamentos BNDES à exportação de serviços são de risco menor que os das dívidas externas dos países devedores. As operações foram feitas cobrando taxas equivalentes às praticadas pelas ACEs da OCDE para esses países. Os financiamentos deram melhor retorno do que teria sido obtido com aplicações em títulos públicos. O rendimento atual das operações está acima do que o Tesouro pagaria se fosse fazer uma captação externa em dólares referenciada em Libor. Mais relevante, as operações tiveram importantes benefícios em termos de conquista de mercados externos, geração de divisas, emprego e renda no Brasil.

Fernando Puga e Luciene Machado são, respectivamente, superintendentes das áreas de Pesquisa Econômica e de Exportação do BNDES.

Carlos Frederico de Souza é chefe de departamento da área de Exportação do BNDES.

Fonte: <http://www.valor.com.br/opiniao/4106006/financiar-exportacao-vale-pena>

AGÊNCIA BRASIL

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Internacional

Itamaraty elogia decisão de Maduro de convocar eleições legislativas

23/06/2015 16h37 Brasília

Ana Cristina Campos - Repórter da Agência Brasil

O Ministério das Relações Exteriores informou hoje (23) que o Brasil "recebeu com satisfação" o anúncio da presidenta do Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela, Tibisay Lucena, que definiu o calendário eleitoral no país e marcou as eleições para a Assembleia Nacional para o dia 6 de dezembro.

"O governo brasileiro saúda particularmente a confirmação do convite oficial para que missão de observação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) acompanhe o processo eleitoral ao longo do período que culminará com o pleito do dia 6 de dezembro", destacou o Itamaraty, em nota.

A convocação de eleições legislativas era uma das cobranças da Unasul ao governo de Nicolás Maduro como uma das medidas na busca de solução pacífica para a crise política na Venezuela. A marcação da data das eleições parlamentares era uma exigência da oposição venezuelana, entre políticos e dezenas de estudantes, que chegaram a fazer greve de fome.

Ontem (22), o Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela definiu também as datas de encerramento do registro eleitoral (8 de julho) e de apresentação dos candidatos (de 3 a 7 de agosto). A campanha eleitoral ocorrerá entre 13 de novembro e 3 de dezembro.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-06/itamaraty-elogia-decisao-de-maduro-de-convocar-eleicoes-legislativas>

Argentina

PAGINA 12

www.pagina12.com.ar

El País

Al Parlasur en diciembre

El ex canciller Jorge Taiana, que encabeza la lista de candidatos al Parlasur del Frente para la Victoria, se reunió ayer con autoridades de ese cuerpo legislativo –incluido su presidente, el venezolano Saúl Ortega– quienes confirmaron que quienes resulten electos en octubre entrarán en funciones a mediados de diciembre. Tras el encuentro en el Congreso, del que participaron los diputados Guillermo Carmona, Carlos Raimundi y Julia Perié, Taiana contó que los representantes del Parlasur “felicitaron la iniciativa de Argentina de impulsar la elección popular de sus parlamentarios”. También el ministro Agustín Rossi, segundo candidato de la lista kirchnerista, se reunió con miembros del Parlasur, un órgano unicameral encargado de velar por el cumplimiento de las normas del Mercosur y avanzar en los objetivos de armonización de los intereses de la región.

Fonte: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-275616-2015-06-24.html>

TELAM

www.telam.com.ar

Mundo

El opositor Leopoldo López levantó la huelga de hambre, tras fijarse la fecha de las elecciones en Venezuela

El líder opositor venezolano encarcelado levantó la huelga de hambre tras cumplir 30 días sin consumir alimentos, luego de que el CNE anunciara que las elecciones parlamentarias se realizarán el próximo 6 de diciembre.

El líder opositor preso Leopoldo López levantó hoy la huelga de hambre que realizaba desde hacía un mes, luego de que la autoridad electoral de Venezuela convocara ayer a comicios parlamentarios para el 6 de diciembre próximo.

Mientras tanto, la fiscal general de la República, la oficialista Luisa Ortega Díaz, reclamó "respeto a las reglas del juego democrático" después de que el presidente Nicolás Maduro advirtiera anoche que si la oposición ganara esas elecciones habrá "confrontación social" y él será "el primero" en salir a las calles.

"Levantamos la huelga pero la lucha continúa (...), me recuperaré y seguiré luchando por una mejor Venezuela", afirmó López en una carta manuscrita que leyó su esposa, Lilián Tintori.

López cumplía hoy el trigésimo primer día del ayuno que inició en demanda de la convocatoria oficial a las elecciones parlamentarias y de que éstas tengan "observación internacional calificada de la OEA y la UE", así como que se realicen "sin presos políticos, censura y represión".

"Durante estas cuatro semanas hemos logrado avances, pero queda camino por recorrer en esta lucha por conquistar la democracia que finalmente lleve a nuestro pueblo todo por un camino de paz, bienestar y progreso", señaló el dirigente.

"Sobre la fecha de elecciones solo tengo que decir con mucha esperanza: Venezuela ya tiene fecha para el cambio", agregó López, que está encarcelado en el penal militar Ramo Verde desde el 18 de febrero de 2014.

Dos días después que su correligionario también preso Daniel Ceballos, López inició el 24 de mayo pasado el ayuno al que luego fueron plegándose hasta un centenar de simpatizantes opositores, incluso seis estudiantes encarcelados.

Aunque varias de esas personas imitaron la decisión de López, al menos 12 que ayunaban en la iglesia Guadalupe, en el municipio caraqueño Baruta, anunciaron que mantendrían la medida en demanda de la liberación de los opositores presos.

En tanto, Ortega Díaz afirmó esta mañana, en su programa semanal de radio, que "los actores políticos deben abogar por el respeto a las reglas del juego democrático en este próximo evento electoral".

La jefa de los fiscales exhortó a "que las diversas tendencias políticas que hacen vida en el país se comprometan públicamente que van a respetar la decisión del árbitro aun cuando los resultados no le favorezcan".

Maduro dijo anoche que ante una eventual victoria de la oposición "el pueblo no se va a dejar quitar las misiones (programas sociales gubernamentales), sus viviendas ni sus pensiones, no se va a dejar quitar su revolución".

"Si sucediera eso (el triunfo opositor), en un supuesto negado, ¿qué creen ustedes que pasaría?", se preguntó y respondió: "El caos, porque nuestro pueblo no se va a entregar, va a luchar en las calles, sean las circunstancias que sean".

"Yo sería el primero en lanzarme a la calle con el pueblo a defender sus derechos sociales", subrayó durante una reunión con precandidatos del Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) gobernante, que el domingo realizará elecciones primarias para definir sus postulantes.

Más temprano, el Consejo Nacional Electoral (CNE) había anunciado que los comicios para renovar la totalidad de las bancas de la Asamblea Nacional (parlamento unicameral) se realizarán el 6 de diciembre.

La presidenta del CNE, Tibisay Lucena, informó que solicitaría una misión de observación a la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur) -que inmediatamente respondió que la enviará- pero no mencionó ni a la Organización de Estados Americanos (OEA) ni a la Unión Europea (UE), que semanas atrás habían ofrecido lo mismo.

No obstante, tras ese anuncio, el secretario general de la OEA, Luis Almagro, ofreció por segunda vez en diez días el envío de una misión a Venezuela.

La convocatoria a las elecciones parlamentarias, cuya demora había generado inquietud entre la oposición local y entre organismos y gobiernos de la región, fue saludada hoy por Brasil y Estados Unidos.

"El gobierno brasileño recibió con satisfacción el anuncio", afirmó un comunicado de su cancillería divulgado en Brasilia, que destacó "su disposición de contribuir para que la futura misión de la Unasur cumpla plenamente sus objetivos".

Paralelamente, Estados Unidos calificó el llamado a los comicios como "un paso positivo para el pueblo venezolano y sus instituciones democráticas", afirmó John Kirby, vocero del Departamento de Estado, en una breve declaración en Washington.

Fonte: <http://www.telam.com.ar/notas/201506/110014-venezuela-huelga-de-hambre-opositor-leopoldo-lopez-elecciones-levantamiento.html>

Paraguay

ABC

<http://www.abc.com.py/>

Economía

4 DE JUNIO DE 2015

Paraguay es líder en efectividad en control de inflación

El Paraguay ocupa el primer lugar en el ranking de países con mejor control sobre la inflación, según refiere el último reporte de Competitividad Mundial emitido por el Foro Económico Mundial, informó ayer el Banco Central del Paraguay (BCP). Refiere que aquella posición de nuestro país es compartida con Nueva Zelanda, Dinamarca y Alemania.

El informe dice que la clasificación de Competitividad Mundial también destaca los bajos niveles de deuda pública del país, "posicionando a Paraguay en el puesto 13 de ese rango global y segundo en Sudamérica".

Asimismo, señala que los indicadores del Foro Económico Mundial reconocen la estabilidad macroeconómica y ubican al Paraguay "en el quinto puesto de dicho ranking en la región y en el número 54 a nivel mundial".

Agrega que aquel quinto puesto ubica a nuestro país por encima de Uruguay y Brasil, países que actualmente cuentan con calificación de grado de inversión.

De acuerdo con el comunicado del BCP, dicho ranking "se alinea con los esfuerzos que realizan las autoridades económicas, hace más de una década, por mantener las finanzas públicas equilibradas, esfuerzo que se ratifica en la aprobación de nuevas leyes como la de Responsabilidad Fiscal y la de Modernización de la Administración Financiera del Estado".

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/paraguay-es-lider-en-efectividad-en-control-de-inflacion-1380564.html>

Opini3n

24 DE JUNIO DE 2015

¿Crece India, cae China?

Por Andr3s Oppenheimer

Hay un fen3meno poco observado en la econom3a mundial que ayuda a explicar por qu3 el magnate mexicano Carlos Slim –uno de los hombres m3s ricos del mundo– habr3a hecho una poco difundida visita a la India el mes pasado: por primera vez en la historia reciente, India crecer3 m3s que China este a3o.

Seg3n el Fondo Monetario Internacional, la econom3a de la India crecer3 un 7,5 por ciento este a3o, mientras que la de China se expandir3 un 6,8 por ciento. Muchos economistas pronostican que esta tendencia continuar3 en los pr3ximos a3os.

Quiz3 sea el momento para que Am3rica Latina empiece a mirar hacia la India, despu3s de m3s de una d3cada de creciente dependencia comercial de China.

Hay varias razones para prestarle m3s atenci3n a India, tal como el mexicano Slim ya lo estar3a haciendo. Seg3n un art3culo no confirmado en The Economic Times, de India, Slim hizo un viaje semisecreto a la India el mes pasado para explorar proyectos empresariales con compa3a3as de telecomunicaciones indias.

Ya hay m3s de 20 grandes empresas latinoamericanas que han invertido miles de millones de d3lares en industrias de acero, salas de cine, y empresas de autopartes en India. Ajegroup, una compa3a3a de refrescos peruana que vende su Big Cola a precios mucho m3s bajos que Coca Cola y Pepsi, es una de las que m3s recientemente llegaron a India.

“Hay un enorme potencial para Am3rica Latina en la India, porque es un gran mercado que ha sido virtualmente ignorado por los pa3ses latinoamericanos”, me dijo Osvaldo Rosales, director del departamento de comercio internacional de la Comisi3n Econ3mica de las Naciones Unidas para Am3rica Latina y el Caribe (CEPAL).

Representa33o Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informa333es visite a nossa p3gina:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Solo 0,9 por ciento de las exportaciones latinoamericanas van a la India y solo el 1 por ciento de las importaciones de América Latina provienen de la India, según cifras de la CEPAL.

Entre las razones por las cuales estas cifras podrían aumentar muy pronto:

En primer lugar, la economía de India está creciendo más rápido que la de China, y su población también. En el 2028, el número de consumidores potenciales de la India superará a los de China. Esto ofrecerá grandes oportunidades para las exportaciones de América Latina.

En segundo lugar, mientras que China compra a América Latina casi exclusivamente materias primas como petróleo, minerales y soja, y a su vez exporta manufacturas que a menudo compiten con las latinoamericanas, India se enfoca más en servicios tecnológicos, que generan más y mejores puestos de trabajo en América Latina.

Hay alrededor de 24 grandes empresas de tecnología indias que operan en la América Latina, y emplean a 24.000 personas en 14 países de la región, según funcionarios de India.

En tercer lugar, India es una democracia en la que una parte considerable de la población habla inglés, lo que puede hacer más fácil hacer negocios allí que en China.

Evan Ellis, investigador de la Escuela de Guerra del Ejército de Estados Unidos, dice en un artículo en el sitio web www.LatinAmericaGoesGlobal.org que las empresas indias son menos dependientes de su gobierno y más acostumbradas a hacer negocios con empresas occidentales que las chinas.

“Las compañías indias tienen ventajas inherentes sobre sus contrapartes chinas en América Latina. Están acostumbradas a hacer negocios en una democracia compleja, con una sociedad civil madura”, dice Ellis.

Por supuesto, India todavía está muy lejos de haber logrado el desarrollo de China. Después de visitar India y China hace pocos años, mi impresión fue que India estaba al menos veinte años detrás de China. Y mientras que el comercio de China con América Latina es de US\$ 289.000 millones al año, el comercio de la India con la región es de solo US\$ 45.000 millones al año.

Pero Ellis argumenta que el comercio bilateral entre India y América Latina se ha multiplicado veinte veces en los últimos 15 años, casi igual que el de China y la región, y que puede crecer aún más rápidamente con el mayor crecimiento de la economía india.

Mi opinión: Estoy de acuerdo, aunque hay que tener en cuenta que el primer ministro de la India, Narendra Modi, todavía no ha descubierto América Latina, como lo ha hecho el presidente chino Xi Jinping.

Mientras Xi Jinping ya ha hecho dos viajes a América Latina como presidente, pasando 10 días en Brasil, Argentina, Venezuela y Cuba durante su último viaje del año pasado, Modi ha pisado la región una sola vez, para participar brevemente de una cumbre de los BRICS en Brasil. Y pocos líderes latinoamericanos han visitado Nueva Delhi últimamente, a diferencia de sus frecuentes peregrinajes a Pekín.

Pero es probable que todo esto cambie pronto. Ahora que India crece más que China, no me sorprendería ver un acercamiento mayúsculo entre India y América Latina en un futuro cercano.

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/opinion/crece-india-cae-china-1380411.html>